

ESFERA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

PUBLIC SPHERE: CONTRIBUTIONS FOR AN UPGRADE DIAGNOSIS

Delamar José Volpato Dutra^{*}
Dilnéia Rochana Tavares do Couto^{**}

recebido em 11/2012
aprovado em 12/2012

Resumo: Passados cinquenta anos da publicação da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, a análise histórica proporcionada por Habermas segue assumindo um papel protagonista, especialmente, em estudos sobre os processos estruturais que desencadeiam mudanças nas práticas que envolvem a formação da opinião pública. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é reconstruir parte das análises que vem sendo desenvolvidas por diferentes teóricos desde a publicação da obra. Um projeto que

^{*} *Professor do Departamento de Filosofia da UFSC e Pesquisador do CNPq. m@il: djvdutra@yahoo.com.br*

^{**} *Doutora em Filosofia Moral pela Universitat Jaume I (UJI) de Castellón (Espanha) e, atualmente, desenvolvendo Estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). m@il: tavares@guest.uji.es*

pretende colaborar para a atualização da tese de Habermas, especificamente, no que tange ao diagnóstico sobre o papel dos meios de comunicação no processo de formação da opinião pública. Tal estudo será dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, uma breve revisão dos conceitos de opinião pública e opinião publicada ofertados por Habermas. Em segundo lugar, a revisão dos argumentos que permitiriam repensar o papel da mídia de massas, no processo, assim conferido por Habermas, de colonização da esfera pública. Por último, facilitar a identificação de novos elementos midiáticos que ajudem na reconstrução crítica dos processos de formação da opinião pública de acordo com as demandas atuais.

Palavras-Chave: Esfera pública. Opinião Pública. Opinião Publicada. Mídia.

Abstract: Fifty years after the publication of the book *The Structural Transformation of the Public Sphere* the historical analysis provided by Habermas follows yet a leading role, especially in studies of the processes that trigger structural changes in practices involving the formation of public opinion. The goal of this paper is to reconstruct part of the analyzes that have been developed by different theorists since the publication of the work. The aim is to contribute to the upgrade of the Habermasian thesis, specifically regarding the diagnosis about the role of media in the process of shaping public opinion. This study will be divided as follows: first, a brief review of the concepts of public opinion and published opinion offered by Habermas. Secondly, the review of the arguments that would permit rethinks the role of mass media in the process, thus

conferred by Habermas, of the colonization of the public sphere. Finally, to facilitate the identification of new media for to help in the reconstruction of critical processes of process that forms the public opinion according current demands.

Keywords: Public Sphere. Public Opinion. Published Opinion. Media.

1. Esfera Pública: opinião pública e opinião publicada

A primeira fase da obra de Jürgen Habermas está amplamente influenciada pela metodologia analítico-histórica assumida pela 1ª Geração da Escola de Frankfurt. Neste sentido, *Mudança Estrutural Da Esfera Pública* (1962) está marcada pelo resgate histórico das diferentes transformações político-econômicas ocorridas ao longo da história ocidental, onde se destacam as profundas modificações que foram ocorrendo no que tange ao *status* assumido pela esfera pública.

Tal diagnóstico demarca ao menos uma intenção primordial, esta é: explicar como a noção de publicidade em sentido kantiano foi articulando-se nas sociedades ocidentais. Um conceito que perdura como protagonista ao longo de toda a filosofia política de Habermas e que denota sua preocupação por desenvolver uma sólida proposta de articulação dos meios que permitam processos emancipatórios dos sujeitos em sociedade (HECK, 2008, p. 292).

Apesar da multiplicidade de questões que *Mudança Estrutural da Esfera Pública* levantou e segue alavancando é considerado atualmente um dos trabalhos mais completos sobre os giros estruturais que levam as profundas transformações na forma de entender e funcionar da esfera pública. Neste artigo se dará especial atenção ao papel assumido pela mídia nas mudanças que levaram a concepção de opinião pública transformar-se em opinião publicada. Com isso, desenvolver uma revisão daqueles estudos que apontam possíveis alternativas ao diagnóstico proporcionado por Habermas.

Neste sentido, a diferenciação categorial entre “opinião pública” e “opinião publicada” mostra a preocupação de Habermas por explicar os aspectos divergentes que envolvem as categorias de quantidade e qualidade de discursos que emergem na esfera pública. Tema este que começa a ser desenvolvido em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, mas que receberá especial atenção tanto em *Teoria da Ação Comunicativa* quanto em *Direito e Democracia*.

A raiz da definição de um modelo de esfera pública Habermas a busca na revisão da concepção grega de organização da *polis*, pois sustenta que nela faz-se possível a publicidade entendida como lugar dos debates públicos em busca da verdade. Uma esfera onde cidadãos deliberam sobre temas de interesse público e nos próprios diálogos forjam suas capacidades de emancipação. (HABERMAS, 1994, p. 43). Uma retomada que ratifica a atenção de Habermas em torno á noção de publicidade, em sentido kantiano, e de seu potencial emancipatório para os sujeitos.

Segundo Habermas, esta ideia de esfera pública somente voltará a ganhar forças com ascensão da classe social burguesa na Europa em finais do século XVII e inícios do XVIII, onde prosperava um novo contexto econômico-político. O ambiente é o dos cafés e clubes de debate, antes lugares próprios unicamente da publicidade literária, que se transformam em lugares típicos da “publicidade burguesa”. Por sua vez, as opiniões forjadas naqueles espaços passam a gerar influência nas decisões tomadas pelos poderes estatais. Renasce, então, a esfera pública e nasce a opinião pública (HABERMAS, 1994, p. 66-68).

Uma esfera pública que não se confunde com a esfera estatal e, portanto, uma publicidade que não se constrói junto dos organismos estatais, senão como lugar onde se evidencia “o uso público da razão, enquanto articulado por indivíduos privados que se envolviam em debates” (THOMPSON, 1996, p. 3). Com o qual, a esfera pública assume “expressamente funções políticas nesse campo tensional entre o Estado e a sociedade. Sua função se objetiva essencialmente como uma tarefa de mediação da sociedade burguesa com o poder estatal.” (LUBENOW, 2012, p. 37). A esfera pública

passa a ser um âmbito de controle do poder do Estado, nela atua a sociedade civil como agente de controle, gerador de demandas e meio de pressão que emerge das esferas privadas e atua no âmbito público. Portanto, uma esfera pública independente do Estado, algo que se transforma em um ponto diferencial em relação a momentos históricos anteriores, quando o Estado e o público se confundiam em suas funções.

Por isso, a esfera pública não pode ser identificada como uma instituição, não tem aspectos organizacionais, tampouco está constituída num sistema delimitado, mas caracteriza-se por horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A opinião pública tem sua força em indicar para um argumento legitimador e influenciar. Por sua vez, a sociedade civil alicerça-se nos direitos de expressão, reunião e associação (DUTRA, 2006, p. 61). Para Habermas a esfera pública é, portanto, o espaço do livre fluxo de discursos, onde a sociedade civil se reúne, gera impulsos de demandas e pretende exercer pressão aos órgãos estatais. A esfera pública é o lugar próprio da formação do estatuto da crítica, a qual se concretiza em argumentos de um público ciente de sua importância como formador de opinião pública no cenário democrático.

Naquela estrutura a mídia impressa passa a ocupar o papel de mediadora entre a cidadania e o Estado. Por uma parte, funcionava como catalisadora pública de demandas oriundas dos debates nos espaços próprios da esfera pública, por outra parte, atuava como espaço de denúncia e resposta das organizações estatais (HABERMAS, 1994, p. 97). Portanto, ao ocupar a tarefa de mediador os meios de comunicação alçam a possibilidade de que a sociedade civil ocupe a função de geradora de influência nas decisões tomadas pelo poder estatal. Neste sentido, a mídia impressa tem um lugar privilegiado na estrutura estatal atuando como articuladora de informação e propulsora de comunicação entre a “opinião pública formal” e a “opinião pública informal”.

Este papel então assumido pela mídia passa a funcionar na teoria habermasiana como ideal de atuação dos meios de comunicação, pois quando da definição normativa de um modelo de

atuação para a mídia, em *Direito e Democracia*, Habermas recobra esta perspectiva uma e outra vez e a confronta com o formato de atuação assumido pela mídia de massas. Vê-se, portanto, que ao longo da obra de Habermas essa função de formadora de opinião pública recortada da forma de publicidade burguesa segue sendo uma constante em sua obra, também nos escritos mais atuais. (HABERMAS, 1998, pp. 158-159; HABERMAS, 2009, pp. 132-134).

Porém, e assim retomando a linha argumentativa anterior, a análise de Habermas segue e caminha para a denúncia, influenciado pelos estudos de Adorno e Horkheimer, de um processo de ruptura com este modelo de funcionamento dos meios de comunicação. Neste sentido, afirma que com o desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX os meios de comunicação passam a atuar como veículos de comunicação de massas, com isso, surgindo o que Habermas definiu como “colonização do raciocínio público”. Um contexto nascente que é marcado pela decadência da opinião pública, decorrente da descaracterização do espaço público, isto é, as esferas de atuação pública e privada perdem seu marco de delimitação reunindo elementos que levam à individualização das opiniões, rompendo com o caráter deliberativo da opinião pública. (HABERMAS, 1994, p. 187).

Neste sentido, a “publicidade comercial”, expressão usada por Habermas para diferenciá-la da publicidade (em sentido Kantiano), que passa a prosperar na era da comunicação de massas favorece a colonização dos interesses públicos pelos interesses privados. A mídia passa a projetar um modelo de privacidade, de subjetividade, no qual a esfera privada familiar perde forças e, com isso, não se distinguem mais esfera privada de esfera pública (HABERMAS, 1994, p. 189). Portanto, a expansão da mídia e o fácil acesso aos meios de comunicação não é o que realmente se constitui um problema na visão de Habermas, senão “a maneira com que o mercantilismo desenfreado da cultura de massa acaba por cristalizar fórmulas experimentadas e testadas” (GOODE, 2005, p. 19-20).

A opinião pública passa a ser entendida como um conjunto de opiniões informais e representações forjadas pelas instituições do poder, especialmente o poder midiático. A esfera pública passa a ser entendida como lugar de disputa de interesses privados, com isso, fazendo com que se perca o núcleo de compreensão da noção de publicidade e do sentido comunicativo de opinião pública. Em suma, a mídia passa a atuar como usufrutuária da opinião pública, construindo opiniões individualizadas e assumindo o papel de legítimos representantes do então corrompido “interesse público”, converte-se assim a opinião pública em opinião publicada.

Por conseguinte, em sua análise Habermas sustenta que a mídia tradicional passa a funcionar quase como detentora da opinião pública e, por isso, responsável, ou ao menos corresponsável, pela refundação de uma ordem racional representativa na esfera pública. Os públicos passam, portanto, a entender-se como representantes de um interesse que é de por si nascente de interesses privados. Um modelo que em nada recorda os discursos públicos que fundaram uma esfera pública assentada no princípio de publicidade, ou seja, apoiada no debate racional sobre temas de interesse público. (FERRY, 1998, p. 17). Tal rearticulação do conceito deve-se especialmente às assim chamadas “pesquisas de opinião” que pretendem funcionar como o reflexo daquilo que pensa e diz a opinião pública, porém na visão de Habermas (2009, p. 133) nada mais são que um “reflexo de opiniões latentes sem refinar e em estado de repouso”. Segundo esta afirmação, o desenvolvimento da mídia de massas vem acompanhado de uma modificação na forma de entender o conceito de opinião pública, especialmente entre os estudiosos da sociologia da comunicação. Isto ocorre de uma reinterpretação daquilo que é entendido como público e, especialmente, da reordenação da noção de interesses públicos e privados.

Em suma, seguindo no caminho oferecido por Habermas, opinião pública é aquela que parte de um acordo racional que é alcançado devido “às razões dos pareceres discutidos” entre os agentes. Caso o proceder funcionasse desta forma seria possível dizer

que se trata de um processo de formação de opinião legítimo, ou seja, que se articulou de maneira autêntica. Por sua vez, é “opinião pública” quando surge como “resultado de fraude, manipulação, persuasão, pressão ou influência” e, por isso, surgiu de forma heterônoma ou espúria. (GARCÍA-MARZÁ, 2003, p. 184).

Pese ao esforço reconstrutivo de Habermas, sua tese parece oferecer alguns problemas tanto desde uma perspectiva analítica como desde a perspectiva de “fundamentação”, pois ao estar arraigado ao modelo de esfera pública burguesa não oferece um horizonte possível de refundação ou reformulação da esfera pública que se adapte às transformações socioeconômicas atuais (LUBENOW, 2012, p. 48). Como se pode ver ao longo de sua obra, parece que Habermas segue intimamente atrelado àquela publicidade de tipo burguês, considerando-a o modelo possível de esfera pública política com potencial emancipatório. Eis um problema categorial que segue sem uma via reconstrutiva na obra de Habermas e que merece nossa atenção¹.

2. A perspectiva crítica: primeira fase

Na nova introdução de *Mudança* (publicada em alemão em 1990) Habermas trata brevemente sobre a importância de uma revisão de sua análise dos processos midiáticos no sentido de atualizá-los. Para isso, aponta para a inclusão de estudos surgidos, especialmente na área da sociologia da comunicação, ao longo dos trinta anos que se passaram da publicação da primeira edição da obra. Neste sentido, considerou que suas conclusões estiveram bastante influenciadas por pesquisas que então haviam sido

¹ Em *Direito e Democracia* há apenas uma página e meia dedicada ao papel da mídia no processo de formação da opinião pública. Nelas Habermas aponta uma definição normativa do papel da mídia no processo de formação de opinião pública, a qual fica explicitada numa série de oito princípios de ação retomados de Gurevitch e Blumler.

apresentadas no âmbito da sociologia da comunicação². (HABERMAS, 1992, p. 19). No entanto, em *Direito e Democracia* (1998), primeira obra publicada após esta breve referência na nova introdução de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas volta a referir-se àqueles primeiros estudos para uma definição normativa da função dos meios de comunicação de massas em uma democracia deliberativa.

A referência aos estudos sociológicos da comunicação deve-se, especialmente, a que depois da tradução de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* para o idioma inglês surge verdadeira proliferação de trabalhos que se empenharam em analisar, criticar e comentar a obra que se tornou centro de atenções dos mais diferentes centros de pesquisa que se dedicam a analisar as consequências dos processos midiáticos na formação da opinião pública. Nesta linha está, por exemplo, John Thompson que desde então vem buscando manter um diálogo acadêmico com Habermas sobre algumas questões centrais daquela obra.

Por isso, com vistas a colaborar com a necessária revisão daquele estudo, considerado problemático pelo próprio Habermas, nosso trabalho se inicia pela breve retomada da crítica de Thompson sobre a tese da “colonização da esfera pública”. De maneira que depois disso seja possível abranger outros comentários à obra, os quais fazem referência direta ou indireta às práticas midiáticas.

Neste sentido, a crítica de Thompson é uma das mais conhecidas, porém, também, menos trabalhadas por Habermas, esta faz referência ao papel da mídia de massas na, por assim dizer, deformação da opinião pública. Esta crítica se apoia em uma visão alternativa ao diagnóstico habermasiano sobre a decadência da esfera pública e defende a necessidade de repensar a tese da colonização em

² Habermas se referia aos estudos da sociologia da comunicação que seguem a tradição analítica-empírica nascente dos estudos de recepção desenvolvidos por Paul Lazarsfeld. Tal tradição, como afirma Habermas (1992, p. 19 -20), fora posteriormente bastante criticada devido à estrutura linear, apoiada em causas em efeitos, em se que apoiava.

função de algumas importantes questões que envolvem o panorama midiático, especialmente entre os anos 80 e 90 do século XX. Para isso, Thompson sustenta que se devem abandonar os esquemas antigos, referência ao modelo de esfera pública burguesa, como isso, analisar como as mídias de massas, igualmente, contribuíram para uma nova ordem estrutural que poderia promover processos comunicativos de formação de opinião pública (THOMPSON, 1998, p. 107).

Afirma, nesta mesma linha, que devido as suas escolhas teóricas, uma referência direta ao atrelamento de Habermas ao diagnóstico de Adorno e Horkheimer, Habermas não teria observado o importante papel das mídias de massas em favorecer a aproximação dos públicos com outras realidades, outros mundos da vida. E, mais ainda, teriam contribuído com a exposição de uma pluralidade de vozes na arena pública, tudo isso, em função do desenvolvimento dos meios de comunicação de massas que atuam a nível global (THOMPSON, 1998, p. 113).

Porém, reforcemos que naquele momento a preocupação de Habermas era tentar explicar como os meios de comunicação de massas tendem a deslocar o centro de gestação da opinião pública da esfera pública para o âmbito individual constituído na esfera privada dos indivíduos. Além disso, destacar que a cultura do consumo passa a evidenciar um descrédito aos temas de interesse público desde a articulação de algumas estratégias produtivas midiáticas voltadas para abordagem dos assuntos de interesse público de forma a afastá-los do núcleo de interesse. (HABERMAS, 1994, p. 272).

Ainda assim, a crítica de Thompson (1998, p. 347) parece ganhar forças quando apoiado na concepção de uma ruptura espaço-temporal proporcionada pelos meios de comunicação de massas, afirma que as interações entre os grupos não mais se restringiriam a um lugar físico concreto. Senão que a própria possibilidade de romper com esta limitação permitiria entender a mídia de massas como espaço potencial de encontro em uma esfera pública, por assim dizer, ampliada e mais global. Neste sentido, fala de uma “co-presença” como rol característico da mídia de massas que teria

favorecido a ruptura com a ideia de propriedade pública de informação espacialmente localizada.

Com isso, destaca-se da tese de Thompson que a capacidade de participação tenha sido ampliada, ou seja, que a maior possibilidade de acesso a informações originárias dos mais diversos lugares do mundo pode ser interpretada, também, como uma possibilidade de articulação argumentativa dos sujeitos participantes nos discursos públicos. Portanto, crer que as possibilidades de ação se diversificam e aumenta o âmbito de articulação do poder comunicativo dos sujeitos não mais mediados, unicamente, pelos interesses originários de um espaço concreto. Em resumo, a sociedade civil aumenta seu espectro de influencia em função da ampliação das possibilidades de acesso a informação e, com isso, a participação seguiria sendo estimulada.

Se nossa compreensão seguir nesta linha torna-se relevante retomar a crítica de teóricos que apontam a existência de uma grande pluralidade de esferas públicas que foram se consolidando frente àquela “desfigurada esfera pública” atestada por Habermas. Recordemos que se Habermas anunciou as, por assim dizer, qualidades de uma “esfera pública burguesa”, outros, como Calhoun (1992) falavam de uma “esfera pública plebeia”. Atualizando o âmbito analítico que sustenta este debate alguns estudiosos, como é o caso de Dahlgren (1991), ressaltaram a noção de uma “pluralidade de esferas públicas alternativas dinâmicas” (DAHLGREN, 1991, p. 14). Outros pesquisadores, como Blanco (2000), identificaram a existência de ao menos dois tipos de esferas públicas, por uma parte, “uma esfera pública comum dominada pelas instituições mais assentadas da sociedade civil e que geram debates com vistas à aglutinação e formalidade, sobre a gestão do poder e os valores coletivos”. Por outra parte, esferas periféricas que “sustentam comunidades e oferecem incentivos à participação contrariando as exclusões da esfera pública central” (BLANCO, 2000, p. 41).

Apesar das matizações³ referentes às correntes teóricas divergentes que aparecem em cada uma das versões desta última crítica, podemos observar que todas elas têm em comum reconhecer a existência de uma ampla variedade de esferas públicas que atuam paralelamente a esfera pública central o que lhes permite sustentar a tese de que Habermas não tenha considerado as demandas reais dos diversos públicos e seus interesses. Além disso, poder, também, afiançar que desde sempre, com o qual o erro de Habermas teria sido não dar atenção a este fenômeno, teriam existido organismos da sociedade civil atuando paralelamente aos discursos pronunciados pela mídia de massas. Portanto, um diagnóstico de época mais completo permitiria atualmente identificar se não seriam estes espaços os modelos renovados de uma esfera pública burguesa, algo que até então não formou parte do projeto teórico de Habermas.

Portanto, para o que se tentou chamar atenção com esta revisão teórica de algumas das críticas feitas ao estudo analítico-histórico de Habermas é para importância de que sejam revistos os elementos que levaram a um diagnóstico derradeiramente negativo sobre o papel que cumpriram os meios de comunicação de massas na deformação da esfera pública. Neste primeiro momento trata-se de atentar para como estes elementos apontados permitiriam matizações na proposta de Habermas que inclusive poderiam levar a incluir, por exemplo, outros tipos de discursos ao projeto de reconstrução crítica da sociedade. Isto, através de um estudo mais minucioso sobre as diferentes instituições da sociedade civil e seu potencial de influência, denúncia e pressão. Ainda assim, as transformações

³ Para entender as estratégias argumentativas que se envolvem neste debate com Habermas podem-se identificar ao menos duas grandes correntes teóricas divergentes, por uma parte, os defensores de uma perspectiva ético-política intercultural, como expressão do pluralismo, anunciadora da diversidade e defensora do universalismo. Por outra parte, também envolveram-se na discussão os multiculturalistas que reconhecem na diferença cultural o ponto que diferencia os sujeitos, as formas de vida, os modelos ético-políticos diversos e, portanto, próprios do comunitarismo. (Cf. diferenciação proposta por CORTINA: 2001, 136).

midiáticas não pararam de acontecer e, por isso, um segundo momento da contribuição ao diagnóstico de Habermas buscará desenhar brevemente os diferentes elementos surgidos com a assunção das tecnologias informação e da comunicação.

3. A perspectiva crítica: segunda fase

Se, posterior à publicação de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* em 1962, surgiram muitas críticas e comentários ao estudo então desenvolvido por Habermas, atualmente, a necessidade de revisar ou, ao menos, complementar aquela análise-histórica parece ter aumentado. Com o advento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) encontramos-nos com uma série de novos elementos no cenário midiático atual. Uma situação que reafirma a importância de uma revisão da análise em seu momento, proporcionada por Habermas, isto é, se assumimos a importância de um diagnóstico de época que permita pensar criticamente a realidade atual.

Partindo de uma pesquisa prévia podem-se identificar duas mudanças importantes de serem observadas, estas são assim resumidas: as novas mídias e poder da participação e a ascensão de novos atores midiáticos que promovem um modelo de mediação cidadã.

(a) As novas mídias e o poder da participação

O desenvolvimento da *Web 2.0* vem promovendo novas e diversas possibilidades de participação dos sujeitos nas práticas informativas e comunicativas necessárias para o processo de formação de opinião pública. Com isso, é evidente a desconfiança sobre a concepção habermasiana de que os meios tradicionais são os únicos intermediários legítimos entre a sociedade civil e o Estado, pois o desenvolvimento dos novos meios aponta a necessidade de redefinir o que se entende por atividade informativa midiática e,

também, os processos que conformam a prática comunicativa entre os sujeitos. Em outras palavras, na comunicação atual, os agentes midiáticos redefinem o processo de compreensão das mensagens, alongam a comunicação no tempo e redesenham o espaço e modelo de participação social (SPARKS, 2002, p. 89).

Com isso, entendendo que as novas mídias impulsionam as interações entre os agentes formais e informais do discurso, há uma forte tendência a sustentar que a comunicação entre a opinião pública formal e informal possa desenvolver-se com maior dinamismo. Isto é, os novos mecanismos de participação e interação atuais tenderiam a promover uma possibilidade melhor de diálogo entre agentes sociais diversos. Por conseguinte, a intersecção comunicativa proporcionada pelas TICs favoreceria a manifestação pública dos interesses dos diferentes grupos (MARCONDES, 1998, p. 3; THOMPSON, 1998).

Um claro aspecto a ser considerado é a redefinição das relações de interesses informativos e comunicativos em função das demandas dos diferentes grupos que convergem na Internet. Tal paradigma tende a se caracterizar por um processo de transformação das relações políticas entre a “opinião pública formal” e a “opinião pública informal”, apontando para a ruptura com as agendas informativas e comunicativas impostas pelos poderes políticos e midiáticos tradicionais (DAHLGREN, 2002, p. 166). Por isso, a comunicação “distribuída em redes se converte em potencialmente transformadora quando as redes de ação atuam fora do controle das organizações estabelecidas” (LANCE, 2003, p. 20). O diagnóstico é então de uma ruptura com a bidirecionalidade dos processos informativos e comunicativos, passando a prosperar a globalidade, especialmente em função das grandes quantidades de novas plataformas de intermediação e comunicação que surgem em Internet. Se, por uma parte, o acesso a informação se tornou mais fácil, rápido e direto, por outra parte, a comunicação ganhou novos âmbitos de atuação repaginando, como isso, o panorama comunicativo.

Em contrapartida, segundo Merrit (1998) e Martín-Barbero (2000, p. 20), a comunicação atual está proporcionando igualmente um ‘abismo’ entre aqueles que são ‘nativos’ ou inseridos na ordem comunicativa virtual e os que não possuem acesso ou não conseguem acompanhar os avanços de tecnologias que não deixam de se reinventar. Com isso, observa-se que Internet pode promover um modelo de sociedade excludente e que, portanto, nega a premissa que sentou as bases da explosão midiática atual, esta é, as infinitas possibilidades de participação promete oferecer.

Ainda assim, entre aqueles que têm acesso e se inseriram nos avanços tecnológicos descortina-se uma nova estrutura de relações midiáticas que poderia estar permitindo a redefinição do âmbito das relações de poder estabelecidas entre os sujeitos, ou seja, trata-se de uma espécie de processo de emancipação em relação aos modelos anteriormente estabelecidos pelas esferas dominantes do poder. Por isso, a reestruturação da comunicação se originaria de um modelo aberto de fluxos informativos, abrindo uma via alternativa de mediação desprendendo os sujeitos da dependência do modelo midiático imposto pela grande mídia (CASTELLS, 2000, p. 493).

Segundo John Keane, o novo contexto midiático poderia ser explicitado como uma “abundância midiática” que permite um processo de escrutínio do poder público, com isso, favorecendo um papel ativo da cidadania nas práticas de monitoramento do poder (KEANE, 2009, p. 743). Trata-se, portanto, de um redesenho do poder social que emana das relações informativas e comunicativas em nível local, mas, também, global. Relações que se desenvolvem entre públicos que já não se entendem somente como receptores de informações, pois dada a expansão das possibilidades de participação, a noção de emissores e receptores midiáticos já não pode ser previamente caracterizada.

Por conseguinte, as práticas de monitoramento, segundo Keane, se caracterizam pela atuação de diferentes instituições governamentais e não-governamentais que em alguns casos colaboram entre elas, mas que têm o caráter especial de serem os atores da sociedade civil os responsáveis pelo controle e vigia dos

agentes com poder. A participação dos públicos como agentes comunicativos midiáticos “monitores” evidencia, portanto, um novo modelo de poder que emerge da sociedade civil como protagonista de uma nova dimensão de atuação que se torna possível devido à abundância comunicativa. Trata-se, de um processo contínuo de fluxos informativos e comunicativos que se entrelaçam nas redes de comunicação constituídas por diferentes meios. Esta ‘inter-relação’, por sua vez, favorece a participação e institui um processo de interação entre: poderes políticos, poderes jurídicos, organizações não-governamentais, empresas, movimentos sociais, profissionais e a cidadania em general que não depende mais exclusivamente dos meios de comunicação tradicionais para acontecer (KEANE, 2009, p. 743).

Porém, cabe destacar que a noção de monitoramento na proposta de Keane “não exige a participação direta, nem a tomada de decisões, não implica que se intervenha, junto com outros em construir a vontade comum” (FEENSTRA, 2010, p. 347). Por isso, a participação se vê uma vez mais posta em dúvida, pois se seguimos o modelo de democracia deliberativa proposto por Habermas, ela deveria promover uma rede ampla de interação que seja capaz de levar a expressão pública pública da vontade comum, isto é, a opinião pública.

Nesta mesma linha, os novos modelos de participação, de livre acesso e as ilimitadas possibilidades oferecidas por Internet apontam igualmente problemas aos processos de geração de opinião pública. O anonimato é, por exemplo, uma questão bastante controversa e, em alguns casos, problemática, desde o ponto de vista ético. Se, por uma parte, em alguns casos o anonimato garante a segurança do sujeito que divulga informação de interesse público, por outra parte, implica uma grande dificuldade para construir um sistema de responsabilização dos sujeitos. Visto que estimula a não-preocupação pelas conseqüentes responsabilidades que se seguem dessa ampla liberdade de atuação. Além disso, a defesa do anonimato não favorece a construção de mecanismos efetivos de punição, que

deveriam ser uma consequência lógica dos abusos e excessos que, também, se cometem na rede (BUSTAMENTE, 1999, p. 176).

Portanto, apesar dos problemas levantados parece surgir a possibilidade de reestruturação das relações comunicativas midiáticas, favorecendo a construção de uma nova ordem mais equânime de relações de poder entre os agentes sociais e o estado. Com isso, tendo o potencial de favorecer um processo de reconhecimento de demandas e interesses dos mais diferentes agentes comunicativos. Em resumo, uma reconfiguração que possa vir a alterar os processos clássicos de relações de poder entre a cidadania e o poder estatal.

(b) Os novos atores midiáticos e a mediação cidadã

Para Habermas a mediação da informação de interesse público é uma especificidade que corresponde aos meios de comunicação tradicionais. Eles são os responsáveis por esta catalisação de demandas de interesse público, sendo o produto disso a notícia. Porém, para além dessa visão habermasiana surgem atualmente novas dinâmicas informativas diferenciadas dos modelos previamente definidos pelos meios de comunicação tradicionais. Ante esta transformação ao menos dois movimentos sociais de caráter midiático merecem ser destacados, são eles: o jornalismo cívico e o jornalismo cidadão.

Por uma parte, o jornalismo cívico pode ser definido, em linhas gerais, como um projeto que se apoia no “tratamento da informação embasado na cumplicidade e corresponsabilidade do meio com os problemas de uma coletividade concreta” (MESO, 2005, p. 6). Em outras palavras, o jornalismo cívico tem como meta a busca da ‘coparticipação’ no processo de produção das notícias, isto é, não trabalha alheio aos meios de comunicação tradicionais. Na verdade, sua reivindicação se sustenta basicamente em definir um papel mais ativo para a cidadania no processo de ‘construção’ das notícias junto aos meios tradicionais.

Por outra parte, o jornalismo cidadão⁴ assume outra perspectiva, muito mais transgressora em relação a que foi assumida pelo jornalismo cívico. Uma definição possível para ele seria: “aquele que torna possível a participação ativa dos atores sociais que intervêm em todo o processo da informação de interesse público.” Uma práxis que se caracteriza por “formar opinião pública mediante a criação de públicos deliberantes e promover a participação cidadã” (MESO, 2005, p. 9).

Com o surgimento desses novos modelos de atuação no âmbito da comunicação social nasce a importância, portanto, de analisar se estas práticas funcionam realmente como publicistas, no melhor sentido de dar publicidade, de demandas sociais, e espaços de denúncia e debate. Pois, segundo Dahlgren (2006, p. 157), tais práticas interativas mostram que os movimentos sociais articulados na Internet assumem o consenso como meta interna, mas ao avançar na direção da geração de influência na esfera pública assumem um rol estratégico.

No entanto, tal exercício traz à tona uma questão de fundo que parece essencial de ser destacada, esta é:

[...] as tecnologias atualmente constituem enclaves de condensação e interação de mediações sociais, conflitos simbólicos e interesses econômicos e políticos. Porém é exatamente por isso que elas formam parte das novas condições de entrelaçamento social e político, da formação e exercício de novas formas de cidadania (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 109).

Segundo a afirmação, as novas tecnologias estão inseridas na base dos conflitos sociais, os interesses das sociedades ricas e pobres, as demandas políticas de diversos níveis, enfim das exigências

⁴ Denominação acunhada pelo ativista e analista dos novos movimentos sociais que nascem em Internet Dan Gilmmor (2005).

plurais de justiça social que ganham visibilidade no mundo globalmente interconectado via Internet. Tais exigências ganham publicidade nos novos espaços midiáticos, desde as diversas formas de atuação cidadã que são desenvolvidas nos novos meios.

Com isso, trata-se de revisar a proposta de Habermas, especialmente preocupando-se por identificar e reconhecer a diversidade de atores que participam nos novos meios de comunicação, e que o fazem com interesses que não se identificam explicitamente com o poder e com o dinheiro, no sentido apontado por Habermas. (GOODE, 2005, p. 118). Neste sentido, ganham publicidade interesses múltiplos e demandas que não permitem uma separação estrita dos tipos de interesses que envolvem as diferentes esferas, de fato é a possibilidade de acesso a outros tipos de interação que poderia permitir a reconstrução das sociedades, desde uma perspectiva crítica.

Portanto, as transformações que aqui se tentaram brevemente apontar pretendem, especialmente, contribuir para a atualização do diagnóstico habermasiano expresso em *Mudança*. Ainda assim, em função da atualidade dos fenômenos que aqui se tentou explicar é evidente a importância de recobrar a perspectiva ética e pensar um modelo que seja capaz de responder às exigências mínimas que conformam a reconstrução crítica de uma sociedade. Porém, um trabalho que seja capaz, também, de valer-se dos potenciais transformadores da nova ordem midiática e, não mais uma alusão a um modelo de estrutura social bastante distante do que se tem atualmente. Com isso, ao tentar-se colaborar na atualização do diagnóstico oferecido por Habermas, observou-se, especialmente, que este trabalho tem um potencial não de transformar as bases normativas de sua tese, mas sim de clarificação de alguns pontos que ainda parecem bastante obscuros, ou ao menos, pouco explicados em sua teoria. Em suma, apontar para a importância de um diagnóstico mais atualizado e preciso que permita melhor sustentar a argumentação normativa em torno às categorias que oferece Habermas.

Referências Bibliográficas

- BLANCO, Víctor Sampedro. *Opinión pública y democracia deliberativa: medios, sondeos y urnas*. Madrid: Istmo, 2000.
- CASTTELS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza, 2009.
- _____. *La era de la información: la sociedad red*. Vol. 1. Madrid: Alianza, 2000.
- CONTRERAS, Fernando R., *et al.* *Información, innovación y sociedad global*. Madrid: Gestión, 2006.
- CORTINA, Adela. *Ética aplicada y democracia radical*. 3ª ed. Madrid: Tecnos, 2001.
- DAHLGREN, Peter. The Internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. In: *Political Communication*. American Political Science Association y International Communication Association. Año 22, nº 2, Londres: Routledge, 2006, pp. 147-162.
- _____. La democracia electrónica, Internet y la evolución del periodismo. Como utilizar el espacio disponible. In: BENEYTO, José Vidal (Dir.). *La ventana global*. Madrid: Taurus, 2002, pp. 163-180.
- _____. Introduction. In: DAHLGREN, Peter & SPARKS, Colin (Eds.). *Communication and citizenship: journalism and public sphere*. London: Routledge, 1991.
- DUTRA, Delamar J. V. Da função da sociedade civil em Hegel e Habermas. In: *Utopía y Práxis Latinoamericana*. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Filosofía Social. Universidad del Zulia. Venezuela. Año 11, nº 35, 2006, pp. 55-65.

- FEENSTRA, Ramón Andrés. Sociedad civil: democracia monitorizada y medios de comunicación en John Keane, In: *Red de Tesis Doctorales (TDX)*, 2010. Disponível em: <http://www.tdx.cat/TDX-0323110-115407>. Acesso em: 13/11/2012.
- FRASER, Nancy. Transnationalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy in a post-westphalian world. In: *Theory, Culture & Society*, v. 24, Ano 4, 2007, pp. 7-30.
- FERRY, Jean-Marc & WOLTON, Dominique. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- GARCÍA-MARZÁ, Domingo. El paper de l'opinió pública en la democracia actual. In: *Societat de Filosofia del País Valencia*, 2003, pp. 181-194.
- GARNHAM, Nicholas. The media and the public sphere. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992, pp. 359-376.
- GILLMOR, Dan. *We the media. Grassroots journalism by the people, for the people*. California: O'Reilly Media, 2005.
- GOODE, Luke. *Jürgen Habermas. Democracy and the public sphere*. London: Pluto Press, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gil, 1994.
- _____. *Facticidad y validez*. Madrid: Trotta, 1998
- _____. *¡Ay, Europa! Pequeños escritos políticos*. Madrid: Trotta, 2009.
- HECK, José N. O espaço público e a vontade geral. In: PINZANI, Alessandro et al (Orgs.). *O pensamento vivo de Habermas. Uma visão interdisciplinar*. Anais do V Colóquio Habermas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: NEFIPO, 2009, pp. 289- 308.

- KEANE, John. *The life and death of democracy*. Londres: Simon & Schuster, 2009.
- KELNER, Douglas. Habermas, the public sphere, and democracy: a critical intervention. In: HANN, Lewis Edwin. *Perspectives on Habermas*. EUA: Carus Publish Company, 2000, pp. 259-278.
- LANCE, W. Bennett. New media power. The Internet and global activism. In: COULDRY, Nick & CURRAN, James. *Contesting media power: alternative media in a networked world*. Reino Unido: Rowman & Littlefield, 2003, pp. 17-38.
- LUBENOW, Jorge Adriano. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. In: *Cadernos de ética e filosofia política*. Departamento de Ética e Filosofia Política. Universidade de São Paulo (USP), v. 10, nº 1, 2007, pp. 103-123.
- _____. *A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica*. João Pessoa: Manufatura, 2012.
- MARCONDES FILHO, Ciro Juvenal. Comunicação e ação política no contínuo midiático. Luhmann contra Habermas e nós contra todos. In: *Revista Galaxia*. Artigos, análises e extensões. Revista do Pós-Graduação em Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil), v. 8, nº 15, 1998, pp. 1-15. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1494>. Acesso em: 30/11/2012.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalización y multiculturalidad. In: MORAÑA, Mabel (Ed.). *Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales*. Chile: Cuarto Propio, 2000, pp. 17-30.
- MERRITT, Davis B. *Public journalism and public life*. New York: Routledge, 1998.

- SPARKS, Colin. La influencia de Internet en los medios de comunicación convencionales. In: BENEYTO, José Vidal (Dir.). *La ventana global*. Madrid: Taurus, 2002, pp. 81-97.
- THOMPSON, John B. *Los media y la modernidad. Una teoría de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós, 1998.
- _____. La teoría de la esfera pública. In: *Voces y culturas*. Revista de Comunicación, nº 10, 2ª, 1996.